



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ACTA n.º 5

QUADRIÉNIO DE 2017 - 2021

(Artigo 57º da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro)

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
TRANCOSO DE 27 DE ABRIL DE 2018

--- Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por José Amaral Veiga, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

Ordem do dia: -----

--- **Ponto número um** - Apreciação da informação do Presidente da Câmara acerca da actividade desta e da situação financeira do Município; -----

--- **Ponto número dois** – Apreciação dos resultados da participação do Município na Empresa Municipal TEGEC relativos ao exercício económico 2017; -----

--- **Ponto número três** – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, referentes ao ano de 2017; -----

--- **Ponto número quatro** – Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respectiva avaliação; -----

--- **Ponto número cinco** - Análise, discussão e votação da proposta da segunda revisão ao Orçamento da Receita e Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2018; -----

--- **Ponto número seis** - Análise, discussão e votação da proposta relativa à atribuição de apoios financeiros, mediante celebração de protocolos às seguintes entidades: Junta de Freguesia de Reboleiro, Junta de Freguesia de Moreira de Rei, Junta de Freguesia de Valdujo e Associação Desenvolvimento das Freguesias da Zona Centro do Concelho de Trancoso; -----

--- **Ponto número sete** – Eleição do representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal da Educação; -----

--- **Ponto número oito** – Eleição do representante das Freguesias no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal; -----

--- **Ponto número nove** – Eleição de um representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva da Revisão do P.D.M.. -----

--- **Período destinado ao público.** -----

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia, Nuno Filipe Monteiro Rodrigues, substituído por Telma Luísa Lopes Delgado; Vera Lúcia Tomé Soares Martins, substituída por José Jorge Santos Carvalho; Daniel dos Santos Almeida, substituído por António Augusto Gregório e Carlos Humberto Gaspar Saldanha, substituído por André Sobral Mendes da Costa, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como as registadas aos senhores Presidentes de Junta da Freguesia de Cogula, Pedro Manuel Lourenço Monteiro, substituído por Rui Castro Pena; de Granja, Pedro Miguel Santos, substituído por Sónia Fernandes Gonçalves e de Reboleiro, José Dinis Pinto Mateus. -----

--- Uma vez que a União de Freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia não se encontrava constituída à data, devido ao falecimento do seu Presidente, António Paulo Inácio Albino, esteve em representação da mesma, Jorge Alberto Varandas Bravo. -----

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal o Vice-Presidente, Eduardo António Rebelo Pinto, e os senhores Vereadores Ana Luísa Monteiro do Couto e Rogério Paulo Pires Tenreiro. -----

--- O Presidente da Mesa iniciou a sessão informando que tinha recebido um mail por parte do Presidente da Câmara a comunicar que não poderia estar presente na sessão, devido ao agendamento de reuniões no Ministério da Administração Interna, pelo que em sua representação estaria o Vice-Presidente, Eduardo Pinto. Colocou a acta da sessão ordinária de Fevereiro à votação, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção. Em declaração de voto, o membro da assembleia Leonel Alves disse que se absteve por não ter estado presente. Em consequência do falecimento do Presidente da União de Vila Garcia e Vale do Seixo, António Paulo Inácio Albino, foi proposto pelo Presidente da Mesa um voto de pesar, ao qual as bancadas partidárias se associaram, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. Informou que lhe tinha sido solicitada a palavra o membro da Assembleia, Tomás Martins, também, deputado na assembleia CIM BSE, para prestar algumas informações sobre a reunião da assembleia intermunicipal. -----

--- No uso da palavra, o membro da assembleia solicitou que fossem enviados aos membros da assembleia municipal os documentos fornecidos naquela assembleia intermunicipal, nomeadamente, o plano de actividades e orçamento da CIM. Referiu que a estratégia da CIM para os municípios a norte da A25 era quase nula, fruto do lóbi da Covilhã, Fundão e Guarda que é feito junto da CCDR nos variadíssimos avisos de abertura, condicionando o acesso das empresas e jovens da região a qualquer fundo comunitário que venha por via do Centro 2020. Pensa que deveria haver uma forma de pressão mais vincada junto da CCDRC, apesar dos presidentes de câmara, em exercício na CIM, não poderem alterar muito a estratégia. Referiu que a região já é considerada “território de muita baixa densidade”. Referiu que o plano de actividade mostrava que é tudo muito ligado ao politécnico, ao que envolve a Guarda, assim como tudo o que envolve a UBI e o Fundão. Mencionou que ele, tal como o Dr. Veiga, demonstrou a sua indignação e que se envergonhou da forma como decorreu aquela assembleia intermunicipal. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, referindo não saber muito bem como funcionam as assembleias intermunicipais, mas que estes concelhos mais a norte deveriam ter uma acção interventiva e pugnar pelos seus interesses. Considera que o Município e concelhos envolventes deveriam estar atentos e ser interventivos em todas acções sobre a questão da interioridade e a sua desertificação. -----

--- O Presidente da Mesa explicou que as comunidades intermunicipais tinham sido criadas para suprir a falta de regiões administrativas e que existiam não para a defesa do interior, mas para defesa do conjunto de Municípios que se organizam em CIM's, sendo as suas competências muito limitadas, uma vez que a assembleia intermunicipal reúne apenas duas vezes por ano quase só para aprovar os documentos estratégicos. -----

--- Aberto o **Período antes da ordem do dia**, usou da palavra o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, mencionando que existiam situações que tinham de ser corrigidas em equipamentos públicos, -----

nomeadamente, nas piscinas municipais de Trancoso e Vila Franca das Naves, pois as mesmas não possuíam director de instalações, sendo obrigatório por lei, assim como careciam de um regulamento de utilização e funcionamento e, também, teriam de possuir, obrigatoriamente, um nadador salvador devidamente certificado pelo Instituto de Socorros a Náufragos. Referiu que, por lei, os utentes teriam de ter acesso à análise da água e, na sua última visita às piscinas de Trancoso, isso não estava a acontecer. Relativamente ao novo quartel dos bombeiros voluntários disse que desde o ano de dois mil e dez, segundo a Autoridade Nacional de Protecção Civil, todos os corpos de bombeiros implantados em vias nacionais teriam de ter saídas indirectas das vias de circulação principais, o que não sucedia com o novo quartel de Trancoso. Referiu que seria relevante existir rede Wi fi aberta no centro histórico. Chamou à atenção para um caminho existente que liga a Quinta da Cabana à estrada da Venda do Cêpo, perto da ETAR, que se encontrava bloqueado com rochas. Fez referência ao disposto no despacho nº3283/2018 a fim de se proceder à esterilização de animais. Referiu, neste aspecto, que o Município não se preparou atempadamente em relação aos seus municípios porque existem muitos cães que poderiam ter sido abrangidos pelo cheque vacinas, podendo, assim, muitas pessoas poupar algum dinheiro. Não sabia se o Município teria feito alguma candidatura, cujo o prazo terminava dia trinta de Abril, no âmbito do cheque veterinário. Relativamente ao café da avenida, apesar de já ter sido entregue, referiu que, neste interregno de tempo, poderia ter sido feita alguma intervenção de fundo. Questionou como seria feita essa intervenção e pensa que não seria fácil o Município intervir naquele edifício pois o projecto do mesmo possuía assinatura de arquitecto. -----

--- O Presidente da Mesa referiu que, relativamente ao assunto do caminho bloqueado não caberia a resposta ao Vice-Presidente da Câmara, e que o membro da assembleia deveria encaminhá-lo para o Presidente da Junta de Freguesia. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Tomás Martins, chamando à atenção para o facto de o parque existente em Santa Luzia nunca ter sido concluído, estando completamente ao abandono, assim como o parque verde existente na Av. Eng.º Adelino Amaro da Costa, no bairro Sr. dos Aflitos, que se encontrava encerrado. -----

--- Na sequência desta intervenção, o membro da assembleia Joaquim Cavaca evidenciou que todos os parques urbanos existentes deveriam ser alvo de manutenção. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, salientando as comemorações do vinte e cinco de Abril ocorridas no Município com a sessão evocativa e provas desportivas, como atletismo, ténis e ciclismo. Deu os parabéns à Câmara Municipal pela organização, aos partidos políticos que participaram e à população em geral que, de ano para ano, tem vindo aderir cada vez mais a estas comemorações. -----

--- O Presidente da Mesa mencionou que, para além das actividades referidas, também, tinha decorrido um sarau na noite do dia vinte e quatro no Teatro São Francisco. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, João Paulo Matias, sugerindo o agendamento, numa próxima sessão, de um ponto da ordem do dia sobre a situação da Escola Profissional de Trancoso de forma a ser possível traçar-se um antes e depois de Novembro de dois mil e treze. Entende que, desde essa data, tem

havidO uma evoluçãO positiva, uma recuperaçãO económicA da EPT, uma consolidaçãO do seu projecto educativo e uma maior estabilidade laboral do seu corpo docente e dos seus funcionários. Referiu que essa situaçãO se deveu a uma nova direcçãO e à dinâmica protagonizada pelo Sr. Eduardo Pinto, reforçada com a chegada do Daniel Joana e Américo Mendes e a adesãO dos docentes, funcionários, alunos e pais a essa nova estratégia. Referiu que o sentimento de desesperança existente antes de dois mil e treze se tinha transformado numa situaçãO de esperançA e nova afirmaçãO da EPT. Salientou alguns dados que demonstravam essa recuperaçãO referindo que de dois mil e treze para dois mil e dezoito existiu um aumento de alunos de cento e oitenta para duzentos e trinta e cinco, um aumento de nove para onze turmas, significando o aumento de uma turma, oitenta mil euros de financiamento por parte do POCH. A taxa de abandono escolar precoce passou de 13,7%, no ano lectivo dois mil e doze / dois mil e treze, para 3,6% no ano lectivo de dois mil e dezasseis / dois mil e dezassete. A taxa de conclusãO dos cursos passou de 46%, no ano lectivo de dois mil e doze / dois mil e treze, para 81% no ano lectivo de dois mil e dezasseis / dois mil e dezassete. Disse que eram transportados, actualmente, cento e quinze alunos de vinte e sete concelhos vizinhos, sendo o mais distante do concelho de Mirandela, o que demonstrava a actual abrangência do projecto educativo da EPT. Mencionou que os salários estavam em dia desde o início do ano lectivo de dois mil e dezasseis / dois mil e dezassete e que o resultado líquido de exercício da escola desde dois mil e quinze tem vindo a ser positivo, sendo que no ano lectivo de dois mil e dezasseis / dois mil e dezassete tinha obtido um resultado acima dos centos e três mil e seiscentos euros, sem financiamento da Câmara. Referiu que os fornecedores tinham as contas pagas até Fevereiro de dois mil e dezoito e que no ranking das escolas profissionais em quinhentas e sessenta e sete escolas, a EPT ocupava o nonagésimo sétimo lugar. Evidenciou algumas dificuldades vindas do passado, dando o exemplo de uma conta caucionada, já existente quando a direcçãO entrou, no montante de quinhentos mil euros que tinha um saldo negativo e que, em dois mil e dezoito, passou para duzentos e setenta e cinco mil euros, naturalmente, com o apoio da Câmara Municipal. Disse ter sido necessário em dois mil e catorze contrair um empréstimo de cem mil euros junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo para operações de tesouraria e pagar salários que, neste momento, já foi reduzido para vinte e quatro mil euros. Ainda existe uma acçãO judicial pendente que tem a ver com a transferênciA de propriedade do edifício da escola, que era propriedade do Município, para a Escola Profissional, que terá um peso na situaçãO económicA da instituiçãO caso não venha a ter um desfecho favorável. Por outro lado, disse que o antigo director tinha perdido a acçãO em que pedia cento e cinquenta mil euros de indemnizaçãO. Evidenciou o paralelismo da recuperaçãO da EPT e do reequilíbrio da situaçãO financeira do Município. -----

--- Interveio o membro da assembleia Tomás Martins, felicitando a EPT pelos resultados alcançados, tendo pena de não poder dizer o mesmo da componente pública. Salientou a importância do agendamento de uma assembleia extraordinária para se debater a questão da educação. Referiu a existência de um documento de dois mil e oito que explicava que o desenvolvimento de Trancoso passava por três vectores e que eram o comércio, os serviços e o turismo mas que, para serem alcançados, precisava-se que houvesse pessoas e, para isso, seria necessário captar emprego, dando o exemplo do Fundão. Mencionou que o P.D.M iria ser

o resultado da vontade de técnicos e não da vontade política das pessoas que vivem em Trancoso. Deixou o desafio de se fazer uma reflexão sobre a educação, a economia e antes do P.D.M ser aprovado trazê-lo a esta assembleia, ouvir as pessoas e, posteriormente, definir uma estratégia para o concelho. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia Jorge Morgado, referindo que existiam coisas que funcionam em Trancoso como a EPT mas que se Trancoso não se desenvolver e fixar população continuaríamos, ano após ano, com o mesmo problema. Pensa que se deveriam conhecer as potencialidades de que o concelho dispunha, definir uma estratégia e trabalhar nesse sentido. -----

--- Interveio, novamente, o membro da assembleia João Paulo Matias, referindo que na sua intervenção anterior acabou por não falar da ENCANTA. Referiu que esta empresa estava ao serviço de um partido e, por isso, apresentava os resultados económicos que apresentava até Novembro de dois mil e treze. As dívidas aos fornecedores eram pagas ao fim de quinze meses e nunca tivera um resultado líquido de exercício positivo até essa data. Em dois mil e dezasseis, apresentou um resultado líquido de mil setecentos e noventa e cinco euros e em dois mil e dezassete de setecentos e quatro euros e nove cêntimos. Esse resultado líquido negativo do passado devia-se ao facto de então, os gestores da ENCANTA serem remunerados. Disse que, a partir de Novembro de dois mil e treze, nenhum gestor voltou a receber qualquer remuneração pelo exercício de gestão desta empresa. -----

--- O membro da assembleia, Tomás Martins, esclareceu que o PSD não era só meia dúzia de pessoas, sendo um partido digno, de gente com carácter e com valores. Disse que, como militante, não poderia aceitar que se dissesse que uma organização partilhada entre o Município e uma associação empresarial estivesse ao serviço de um partido. -----

--- No uso da palavra, o Vice-Presidente associou-se ao voto de pesar votado no início da sessão. Referiu que a Câmara Municipal subscrevia as preocupações demonstradas nas intervenções acerca da comunidade intermunicipal. Em resposta ao membro da assembleia Joaquim Cavaca disse que não eram só as piscinas municipais que suscitavam a preocupação do executivo. Disse que quando o PS chegou à Câmara, em dois mil e treze, as piscinas tinham estado encerradas e que nesse domínio, como em outros, a preocupação do Executivo era de corrigir aquilo que estava mal e cumprir a legalidade, mas que se tivessem a preocupação de cumprir todas as alíneas, de variadíssimos diplomas legais, que em cada sector se aplicam, haveria uma série de equipamentos que estariam encerrados durante algum tempo. Ponderado o interesse das pessoas e conscientes da responsabilidade, optaram por colocar os equipamentos à disposição do público. Mencionou que o público era dono da sua liberdade e tinha toda a legitimidade de optar por frequentar um equipamento ou assistir a um espetáculo se confrontado com algo que colocasse em causa a sua segurança. Informou que as análises da água existiam, estavam disponíveis e que eram feitas, regularmente, por iniciativa do centro de saúde local através de uma empresa privada. Quanto à questão da saída indirecta das viaturas do actual quartel dos bombeiros voluntários, disse que o projecto fora aprovado, tendo obtido o parecer favorável de todas as entidades e que se tratava de um troço de estrada municipal. Referiu subscrever a intervenção quanto à rede Wi-Fi no centro histórico, sendo uma realidade em breve. Quanto ao caminho rural bloqueado referiu que, com certeza, o Presidente da União de

Freguesias de Trancoso e Souto Maior teria isso em atenção. Disse que o Município estava a tratar de uma candidatura para um centro de recolha de animais e quanto ao cheque veterinário não tinha passado despercebido, mas não haviam seguido esse caminho. Quando o assunto foi colocado, ouviram o veterinário municipal e entenderam que deveriam seguir a sua opinião. Relativamente ao café da Avenida disse que o contrato era de três anos e as intervenções a fazer seriam feitas em diálogo com o adjudicatário. Por outro lado, a autorização do arquitecto seria um assunto devidamente tratado na altura própria. Disse que as intervenções ainda não tinham sido feitas porque aquele espaço não pertencia à Câmara, estando o processo a ser tratado com a Direcção da Cultura. Quanto às questões colocadas pelo membro da assembleia Tomás Martins, disse ter toda a razão relativamente ao parque de Santa Luzia e que a Câmara deveria intervir nele a breve prazo e quanto à zona verde, do bairro Sr. dos Aflitos, disse ter estado fechada porque foi necessário intervir em alguns equipamentos que tinham sido vandalizados, mas que iria ser reaberta. Subscreveu a intervenção do membro da assembleia Daniel Joana quanto às comemorações do vinte e cinco de Abril. No que diz respeito à intervenção do membro da assembleia João Paulo Matias, agradeceu as palavras proferidas em relação à sua pessoa e disse nada ter a opor ao agendamento do ponto sugerido. Entende que o ponto, tal como sugerido pelo membro da assembleia Tomás Martins, deveria alargar-se à educação no seu todo e, para isso, pedir a colaboração do director do agrupamento de escolas. Disse que deveriam ser comedidos na análise da situação da EPT, uma vez que esta depende de financiamento cem por cento externo e que, apesar de estar a atravessar um período melhor, as preocupações não estão afastadas. Relativamente à intervenção do membro da assembleia Tomás Martins, disse que o Município estava sempre aberto ao diálogo com instituições, assim elas o solicitem. Quanto à questão do PDM disse ser um documento técnico e não conhecia nenhum constrangimento que não tivesse sido possível ultrapassar. Referiu que teria um período de discussão pública, tendo sido promovidos, não há muito tempo, encontros para esclarecimentos com os técnicos que estavam envolvidos nesse processo. Quanto à intervenção do membro da assembleia Jorge Morgado disse que concordava que devia ser definida uma estratégia, mas que, quer na intervenção de Dezembro, quer na de hoje, não vislumbrou qual a estratégia que o membro da assembleia tinha para o concelho. Referiu que se estava perante um novo quadro comunitário de apoio, com financiamento para novos investimento, estando o Município a fazer o seu papel, mas que o financiamento estava, também, disponível para os empresários, comerciantes. Disse que Trancoso usufruía de uma associação empresarial e que, com certeza, a mesma estaria atenta para que, com o envolvimento de todos, pudessem captar mais investimento, criar mais emprego e, assim, atrair novos residentes. -----

--- O Presidente da Mesa informou que a Dr.^a Ana Paulos também fazia parte da direcção da EPT e seria justo que fosse referenciada uma vez que, também, prestava contributos. -----

--- Interveio o membro da assembleia Jorge Morgado referindo que pessoalmente não sabia o que se deveria fazer para Trancoso. Referiu que na sessão de Dezembro tinha falado num diagnóstico, realizado em dois mil e seis, sobre a situação económico e social do concelho onde apontava as potencialidades do concelho e o que deveria ser feito para o mesmo progredir. Defendeu que seria com base num estudo que deveria ser

definida a estratégia, quais os vectores em que se deveria investir e quais deveriam ser passíveis dos investimentos através dos fundos comunitários. -----

--- O membro da assembleia Tomás Martins, referiu que o Município não era o princípio nem o fim de todos os males. Recentemente participou do estudo promovido pela confederação de comércio e serviços de Portugal e CIM, nomeadamente, naquilo que é o impacto da atracção de novos residentes de vários eixos do país e, mais uma vez, foram ouvidos os do litoral, o que considerou vergonhoso. Disse que a estratégia teria de ser feita pelos que cá permanecem e não por alguém que vem de fora, que não conhece a cultura e a realidade do concelho. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar à **ordem do dia, ponto um**. -----

--- No uso da palavra, o Vice-Presidente evidenciou o evento da Feira do Fumeiro, organizado em parceria com a AENEBEIRA, os eventos realizados pela altura da páscoa e as actividades do vinte e cinco de Abril. Chamou à atenção ao conjunto de projectos que estavam elencados na informação, uns com procedimento de contratação pública a decorrer, outros em fase de elaboração de projecto ou de candidatura. -----

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei, Américo Mendes, agradecendo ao executivo municipal os trabalhos realizados na sua freguesia e enalteceu o empenho dos funcionários da autarquia nos mesmos. Alertou para o estado degradante do piso, em algumas artérias da sua freguesia, referindo ser urgente que o mesmo fosse composto de forma a garantir a segurança rodoviária. Questionou o Vice-Presidente sobre obras na sua freguesia que constam das Grandes Opções do Plano para o ano dois mil e dezoito, nomeadamente, a rede de saneamento e abastecimento de águas na localidade de Golfar, o Centro interpretativo de Moreira de Rei e a intervenção na igreja de Santa Marinha e sua envolvente. Disse ser necessário continuar o trabalho de repavimentação de algumas ruas que ainda se encontram em terra. Referiu ser urgente a colocação de raids na EN 600 na entrada da localidade de Moreira de Rei, mais concretamente na curva do Cidreiro, devido à existência de uma ribanceira ingreme. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia José Nascimento lembrando que quando fechou a escola no Reboleiro houve relutância por parte de alguns pais de matricular os filhos em Palhais. Admitindo que o centro escolar da Ribeirinha possa entrar em funcionamento o próximo ano lectivo disse que não seria agradável o mesmo abrir e ser deficitário em alunos pelo que todo o cuidado seria pouco para que no acto da inscrição, os pais voluntariamente, aceitassem a inscrição ali, pois seria dar vida àquilo que está a ser construído. Disse que o centro de recolha de animais seria um bom investimento pois existem muitos cães errantes. Questionou se o protocolo existente com o canil da Mêda seria substituído ou tratar-se-ia apenas de um centro de recolha. Congratulou-se pelo facto do aumento das EIP (equipas de intervenção permanente) no combate a incêndios. Na questão do P.D.M. referiu querer acreditar que houvesse transparência e audição das entidades, como os órgãos autárquicos das freguesias, e que o debate fosse sério e objectivo para que o resultado sirva as necessidades dos municípios. -----

--- Interveio o Presidente da União Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, António Pina, sugerindo a alteração da rede de água na sua freguesia uma vez que a mesma se encontra muito degradada. Questionou se estava previsto fazer-se o abastecimento a Garcia Joanes e se as análises à água têm vindo a ser feitas

na sua freguesia uma vez que não tinha recebido os resultados. -----

--- No uso da palavra o Vice-Presidente disse, relativamente à intervenção do Presidente de Junta da freguesia de Moreira de Rei, que o Município não estava à espera que os presidentes de junta agradecessem a sua colaboração pois é uma obrigação deste colaborar com todas as juntas, assim o fosse solicitado. Quanto à questão dos troços de estrada danificados disse terem conhecimento, mas que assim que o tempo permitisse, esses e outros troços, seriam objecto de intervenção. Relativamente à rede de saneamento de água e esgotos de Golfar disse ser uma preocupação do Município e que, nos últimos tempos, houve contactos com uma empresa no sentido de se diligenciar e de se proceder ao procedimento dessa empreitada. Quanto ao centro interpretativo de Moreira de Rei disse que se estavam a trabalhar nas peças do procedimento e teria evolução nos próximos tempos. Relativamente à igreja de Santa Marinha e sua envolvente referiu que estava a decorrer o procedimento de contratação, estando em prazo de apresentação de propostas até ao próximo dia seis de Maio. Referiu que o Executivo sabia da necessidade de pavimentação de ruas na área da freguesia e tentariam ser rápidos nessa intervenção. Quanto aos rails de protecção também reconhecem essa necessidade e iriam diligenciar nesse sentido. Relativamente à intervenção do membro da assembleia, José Nascimento, referiu que o centro escolar da Ribeirinha estava em construção, sendo o prazo estipulado no concurso de trezentos e sessenta e cinco dias, o que quer dizer que, provavelmente, a sua construção prolongar-se-ia até ao final de dois mil e dezoito. Em conversas com o empreiteiro, pensa-se ser possível antecipar a conclusão das obras, mas haverá sempre questões paralelas, o que na sua opinião, dificilmente estará pronto no início do ano lectivo. Disse que o agrupamento de escolas, o Município e os autarcas das freguesias abrangidas poderiam ajudar na sensibilização aos pais de alunos. Quanto ao centro de recolha de animais disse que o mesmo visa substituir o protocolo existente com a Mêda, sendo que a intenção era que os animais recolhidos no concelho aqui permaneçam, com a excepção de alguns que necessitem de actos médicos mais complexos. Quanto às EIP's disse que estava confirmada a criação de duas equipas no concelho, uma nos bombeiros de Trancoso e outra nos bombeiros de Vila Franca das Naves, sendo que os protocolos iriam ser assinados, no próximo dia quatro, no Município de Fornos de Algodres. Quanto ao PDM disse estarem disponíveis para acolher todos os contributos, assim tenham sustentação legal, até ao encerrar do processo. Relativamente à intervenção do Presidente da União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital disse ser uma preocupação não só naquela freguesia, como em Trancoso nas áreas mais antigas e com certeza que iriam fazer o investimento nessa área. Disse quanto às águas de Garcia Joanes que a intenção era a de colocar água à disposição das pessoas, se possível, antes do próximo verão. Relativamente às análises referiu que se as mesmas não tinham sido enviadas, tinha sido por lapso pois elas são feitas com a regularidade que se impõe e são distribuídas dentro da metodologia habitual. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Cristóvão Santos, referindo que o centro escolar da Ribeirinha se tratava de um projecto que vinha dos anteriores executivos. Disse que as realidades mudaram e hoje estão a construir um centro escolar e já existe, neste momento, a preocupação para ocupar o mesmo. É uma preocupação legítima das pessoas da ribeirinha e do Município em geral e deve servir de reflexão para todos

na decisão dos investimentos a fazer. Salientou que, por vezes, dar um passo atrás é dar um passo à frente.

--- Em resposta, o vice-presidente referiu que às vezes não se pode apenas olhar para os números e é necessário dar um primeiro passo que é decisivo. Se fossem olhar para o número de alunos, turmas e recursos humanos e à capacidade instalada no concelho, provavelmente, esse seria um grande argumento para os decisores regionais e centrais não terem viabilizado aquele investimento. Se por outro lado, concentrarmos investimentos estariam a contribuir para o abandono das zonas mais periféricas e é isso que não pretendem. Os autarcas daquelas freguesias acreditam na zona chamada de Ribeirinha. No processo do PDM está prevista a regularização e a legalização daquilo que pode vir a ser o polo industrial da Ribeirinha. Referiu que nunca será um centro escolar de grande dimensão, mas que seja um centro escolar que permita às crianças daquela zona não fazerem viagens. O Executivo acredita que aquele investimento será um ponto de partida para outro tipo de investimentos naquela zona da Ribeirinha e do concelho. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia João Paulo Matias referindo compreender as preocupações explanadas pelo membro da assembleia Cristóvão Santos e que a decisão deste investimento não acolheu a unanimidade no seio do executivo, mas na democracia a maioria toma a decisão. Quando se fala que é necessário lutar pelo interior e se depois não acontece nada na prática, estão a desistir do interior. Disse ter muitas dúvidas sobre a utilidade desse equipamento enquanto escola, mas pensa que pode ser um importante ponto para fixação de pessoas. Referiu que a questão do polo industrial naquela zona e com este equipamento é uma aposta que poderá vir a revelar-se falhada no futuro, mas não poderiam acusar este executivo de desistir do interior. -----

--- Passados ao **ponto dois** não houve intervenções. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto três**. -----

--- Usou da palavra o Vice-Presidente referindo que dois mil e dezassete tendo sido o último ano do mandato, os resultados apresentados são sobretudo, também, os resultados da gestão e medidas adoptadas nos três anos anteriores da responsabilidade da maioria socialista. Referiu que os resultados a todos os títulos eram positivos, destacando a receita cobrada líquida que superou os doze milhões de euros, o que representou uma execução de 92.3%. Destes doze milhões, nove milhões e noventa e três mil euros eram de receita corrente e a receita de capital dois milhões, cento e cinquenta e oito mil setecentos e sessenta e nove euros. Disse que havia um saldo de dois mil e dezasseis de setecentos e cinquenta e oito mil novecentos e dezasseis euros. O valor da receita face a dois mil e dezasseis foi na ordem dos 19,7%, ou seja, mais um milhão, novecentos e setenta e seis mil, setecentos e setenta e seis euros. Realçou o investimento de despesa de capital que de 132,7%, passando de novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e vinte e cinco euros para dois milhões, cento e cinquenta e oito, setecentos e sessenta e nove. Por outro lado, a receita corrente, nove milhões e noventa e três mil euros supera consideravelmente a despesa corrente que se fixou em seis milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e um euros, ou seja, existe uma diferença de dois milhões e sessenta e seis mil, trezentos e vinte e quatro euros que são o excedente da receita corrente que depois foi alocada a despesa de capital, algo que é sempre desejável a cada ano. A despesa total realizada foi de onze milhões, sessenta e um mil e cento e sessenta e nove euros, o que corresponde a uma execução

orçamental de 85,04%. A despesa corrente foi de seis milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e vinte euros, 63% do total da despesa, sendo que a despesa de capital se fixou em quatro milhões, cento e trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove euros. Em termos de evolução, face ao ano anterior, teve uma evolução de 19,18%, ou seja, mais um milhão, setecentos e oitenta mil euros. Destacou pela positiva o significativo aumento das despesas de investimento. A despesa corrente apresenta um ligeiro crescimento, mais 1,43%, ou seja, cerca de noventa e sete mil euros face a dois mil e dezasseis, apesar de se constatar uma diminuição ligeira com os custos de pessoal na ordem dos 2,6%. Do ponto de vista de património referiu que a evolução positiva, tendo uma variação de 0,73% face a dois mil e dezasseis. Os fundos próprios com igual evolução com uma variação de 1,25%. O passivo teve uma redução global quer nas dívidas a terceiros, quer nas provisões de riscos de encargos. O parâmetro da dívida bancária pese embora no último ano se tenha recorrido a alguns empréstimos bancários para se financiar o investimento, teve uma redução de quatrocentos e dez mil euros no ano e no conjunto do mandato uma redução de um milhão e seiscentos mil euros. Isto conduziu a que os resultados operacionais, financeiros, correntes e do exercício tivessem todos uma evolução positiva e o resultado líquido do exercício se tenha fixado em mais de setecentos e sessenta mil euros no ano de dois mil e dezassete. Outro parâmetro de análise, os recursos humanos, facto positivo a realçar foi a integração dos trabalhadores da ex TEGEC e desde um de Setembro de dois mil e dezasseis o total de trabalhadores da Câmara é de cento e noventa e seis, quando em Dezembro de dois mil e dezasseis eram cento e noventa e sete. Analisada a questão do limite da dívida do Município a evolução foi positiva e, neste momento, a margem de endividamento do Município poderia chegar até aos doze milhões, novecentos e oito mil euros. Referiu ter havido um decréscimo acentuado do prazo médio a pagamento a fornecedores que é de trinta e cinco dias. Leu a conclusão do relatório de gestão. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Jorge Morgado, referindo que as contas podem ser analisadas de forma diferente. Pode-se ter uma visão de guarda livros, de contabilista, que compara apenas números e percentagens, e a visão da gestão, sendo que esta vai mais além. Para além de enfatizar aspectos que tenham ocorridos e sido positivos, diz também o que foi conseguido com aquilo que se gastou. Esperava ter visto uma análise de gestão e não de contas. Gostaria de ter uma ideia do que foi gasto, o porquê, qual o objectivo e se esse tinha sido alcançado. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, referindo tratar-se de um documento de análise de prestação de contas e todos teriam opiniões diferentes em como investir o dinheiro mas pensa que contas positivas são melhores do que contas negativas, excepto numa situação muito esporádica. Referiu que se pode discordar da estratégia mas apreciar as contas pois elas são positivas e seguem uma trajectória de consolidação que remonta a alguns anos atrás. Se não houver uma visão de “guarda livros”, também, não poderá haver estratégia porque a instituição será uma capturada. Um dos objectivos dos dois executivos socialista foi sempre o de reequilibrar as contas do Município, estando esse mais que legitimado. Disse que esta prestação demonstrava que a estratégia definida apresenta um resultado das contas positivo e, também, onde o Município investiu o dinheiro e as acções que resultaram nas contas apresentadas. Parece-

Ihe que o ano de dois mil e dezassete foi o ano em que o Município mais investiu no concelho, nas pessoas e cultura.-----

--- Inteveio o membro da assembleia João Paulo Matias referindo que as contas não enganam, os resultados estavam à vista, taxas de execução quer na ordem, quer no que diz respeito à cobrança de receitas, quer nas despesas acima de 90%. Disse que se olhassem para as obras que estavam em andamento, nomeadamente, a repavimentação da estrada N226, troço de Chafariz do Vento a Trancoso, o Centro Escolar da Ribeirinha e o futuro Centro de inovação social. São obras dirigidas às pessoas. Referiu que os resultados alcançados são frutos de muito trabalho mas que o Município ainda tem constrangimentos com as acções judiciais que se encontram em curso. Relativamente á acção da CGD contra a TEGEC, disse que a Câmara solicitou que essa acção fosse suspensa enquanto não fosse decidida a acção que o Município intentou contra a PACETEG, contra o grupo MRG e contra a Caixa Geral de Depósitos. A primeira instância decidiu que essa acção seria declarada suspensa, a CGD recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa, o qual confirmou a suspensão dessa acção. As contas são positivas, mas podem vir a existir constrangimentos no futuro com as acções que ainda estão pendentes.-----

--- O Vice-Presidente subscreveu as palavras do membro da assembleia João Paulo Matias. Quanto à apreciação feita pelo membro Jorge Morgado disse que se sentia muito confortável na figura de “contabilista” e aprecia muito o trabalho de um bom contabilista mas tinha muitas reservas quanto a teorias defendidas por conceituados economistas e gestores que, por vezes, se vêm a revelar um autêntico fracasso. Questionou se a contenção de despesa, a escolha de prioridades, a redução do endividamento, não tinham constituído uma base para boas decisões de gestão. Questionou se a recuperação da praça municipal não seria estratégica para o concelho, assim como o investimento em duas etares, a aquisição do Palácio Ducal e preparação da sua recuperação. Questionou como se faria a reparação de alguns troços em algumas freguesias se não tivesse havido contenção orçamental, rigor, redução da despesa e reequilíbrio das contas.

--- Inteveio o membro da assembleia Jorge Morgado referindo que nunca disse que os investimentos que foram feitos não tinham sido estratégicos, nem que contas equilibradas não eram boas contas. Não disse que o facto de a Câmara ter uma situação mais positiva que no passado que era negativo. Referiu que, simplesmente, disse que a análise que tinha sido feita, foi uma análise de números, o que gostaria de ter visto era uma análise de gestão. Afirmou que um bom contabilista teria criado provisões para determinadas situações que constam do documento e, por isso, é que as contas apresentavam uma reserva dos auditores na certificação legal de contas.-----

--- O Presidente de Junta da União de Freguesias de VFN e Feital concordou com a intervenção do membro da assembleia João Paulo Matias e defendeu que teria sido bom ter sido feita uma provisão para não se vir a ter problemas nas contas, caso as acções não venham a ter um resultado favorável. Disse que caso essa provisão tivesse sido feita, naturalmente que os resultados teriam sido outros.-----

--- Em resposta, o Vice-Presidente disse que as provisões que se impunham foram devidamente constituídas.-----

--- O Presidente da União de Freguesias de VFN e Feital retorquiu que a opinião do ROC era a de que as

provisões não tinham sido feitas. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Paulo Matias, referindo que de facto existia uma reserva do ROC no sentido que não tinham sido constituídas provisões, mas aquelas que do ponto de vista do Município teriam de ser constituídas, foram constituídas. Questionou o membro da assembleia Jorge Morgado se defendia que fosse constituída uma provisão de nove milhões, cento e quarenta e cinco mil euros, que é o pedido que a CGD pede ao Município, e a provisão de trinta milhões e quatrocentos e sessenta e sete mil euros que é o montante que o grupo MRG reclama ao Município. Disse que no anexo às demonstrações financeiras estava a explicação de não terem sido constituídas as provisões, tendo sido deixada a decisão à equidade do Tribunal. Disse que os pedidos formulados pelo Município em relação à PACET EG e MRG precisam ser quantificados, nomeadamente, através de uma peritagem judicial e ainda não chegaram a essa fase do processo, ou seja, não foram constituídas as provisões por existir uma incerteza sobre a decisão da acção. -----

--- O membro da assembleia Jorge Morgado referiu que, no seu entender, as provisões são precisamente para situações que ainda não estão quantificadas. Depois de serem quantificadas, já não se tratam de provisões, indo directamente para resultados. Estas duas situações são as que estão na reserva do ROC e pensa que a opinião deste tem muita importância. -----

--- O Presidente da Mesa colocou o ponto à votação, tendo sido o mesmo aprovado por maioria com vinte e seis votos a favor e catorze abstenções. -----

--- O membro da assembleia Joaquim Cavaca apresentou declaração de voto vencido. -----

--- Em declaração de voto do PSD, o membro da assembleia Jorge Morgado referiu que a abstenção se deveu aos motivos apresentados nas suas intervenções e pelo facto de existir uma reserva do ROC aos resultados apresentados. -----

--- O membro da assembleia Daniel Joana, em nome do PS, fez a seguinte declaração de voto: *“O atual e anterior executivos municipais do Partido Socialista já nos vêm habituando a ver a Câmara Municipal como uma instituição de contas certas. Já nos vêm habituando a uma forma de decidir e gerir, sempre em função de princípios seguros, como o realismo e o critério. Já nos vêm habituando a uma forma de fazer política em que os dinheiros públicos – o dinheiro de todos nós – é gerido com tanto rigor como se fosse o dinheiro de cada um. De facto, a trajetória de reequilíbrio financeiro iniciada em dois mil e treze tem-se afirmado, cada vez mais, como uma trajetória estratégica e sustentável que, aos poucos, tem vindo a devolver à Câmara Municipal de Trancoso a capacidade para ser agente impulsor do desenvolvimento do concelho, tal como é seu dever e sua missão. Independentemente de todos os condicionalismos e adversidades que um concelho como o de Trancoso enfrenta, é essencial que a Câmara Municipal seja uma instituição capaz de atuar e auxiliar a população a superar os desafios que, num tempo como o nosso, tão perentoriamente se nos apresentam. Os documentos de prestação de contas do ano de dois mil e dezassete são prova, precisamente, da política de investimento responsável que o executivo municipal quer e tem levado a cabo. Se, por um lado, se pretende caminhar no sentido de um equilíbrio consolidado das contas públicas, por outro não se podem descurar as necessidades prementes do aqui e do agora. Por isso o município de*

Trancoso investiu e investiu bem em dois mil e dezassete. Investiu bem porque investiu nos serviços, na economia e nas pessoas. No ano a que se referem os documentos agora em análise, é de destacar o avultado investimento na melhoria da nossa degradada rede viária. Uma parte significativa de estradas do nosso concelho, muitas que servem comunidades pouco numerosas e habitualmente – mas erradamente – esquecidas, beneficiaram de obras de requalificação. Com estas deu-se qualidade de vida aos residentes dessas localidades, que têm de se deslocar para poder aceder aos serviços mais básicos, e contribuiu-se para melhorar o nível de segurança rodoviária no nosso concelho. Na era da mobilidade, poucas infraestruturas são mais públicas e igualitárias que uma estrada: elas são usadas por pessoas de todas as classes, de todas as ideologias e de todas as idades. E são usadas diariamente e inevitavelmente. Muitas outras precisarão também do mesmo tipo de obras, com certeza que, a seu tempo, as mesmas não deixarão de ser feitas, como estes poucos meses do ano dois mil e dezoito já o vêm comprovando. Foi também, em dois mil e dezassete, concluído o investimento no Mercado Municipal, um imóvel público que estava em estado de ruína e que já não reunia, há muitos anos, as mínimas condições de conforto e segurança, quer para quem ali trabalha, quer para quem ali faz as suas compras. Aproveitando pacotes de financiamento que foram importantíssimos para o município, a Câmara de Trancoso investiu, requalificou um dos espaços mais nobres da atividade económica do nosso concelho, e procedeu ainda à requalificação de um espaço adjacente – parque de estacionamento e espaço comercial -, embelezando e dignificando a cidade e criando uma área que em breve será disponibilizada às pessoas que pretendam investir, em Trancoso e nos seus próprios sonhos. A este nível, é de salientar também o investimento na criação de uma nova área de acolhimento empresarial, que permitirá a expansão do nosso tecido industrial e que poderá ser essencial no processo tão desejado de criação de postos de trabalho no nosso concelho, condição essencial para travar o fenómeno assustador do despovoamento que assola mais de dois terços do território do nosso país. Mas também o ambiente não foi esquecido, com a requalificação de ETAR's que servem as populações do nosso concelho, e que exigiram investimentos financiados avultados, ainda que pouco visíveis. Em termos culturais, a Câmara Municipal colocou ao dispor dos diferentes públicos do concelho uma oferta diversificada, distribuída ao longo de todos os meses do ano, e que vai ao encontro da procura de cada um. Os centros culturais de Trancoso e Vila Franca das Naves, assim como o auditório do Convento de S. Francisco, ou mesmo o centro histórico da cidade tiveram uma programação que primou pela quantidade e qualidade de iniciativas, muitas em parceria com os cidadãos e as associações do concelho. A adesão do público, como seria de esperar, tem vindo a ser crescente. Sustentavelmente crescente. Em matéria fiscal, a Câmara Municipal de Trancoso afirmou-se uma vez mais como uma instituição amiga dos cidadãos e das famílias, aliviando-as o máximo possível de impostos como o IMI – que manteve a taxa mínima e cumulativamente foi reduzida em função do número de dependentes do agregado familiar -, ou o IRS, que impende sobre os rendimentos de todos os trabalhadores do nosso país. E de tudo isto resulta num saldo de gerência do exercício positivo, bem superior a novecentos mil euros, com taxas de execução, tanto da receita (92,35%) como da despesa (85,04%), como há muito não se observavam e que, simultaneamente, comprovam que também são sérios e realistas os documentos de previsão apresentados a esta assembleia e aos cidadãos

do concelho. Hoje, em dois mil e dezoito, a Câmara Municipal de Trancoso investe e tem mais condições para investir, defende postos de trabalho, investe em escolas e na educação, mantém e alarga serviços e infraestruturas, reduz continuamente a dívida, paga tudo e de forma muito mais rápida aos seus fornecedores, e no final apresenta contas equilibradas e positivas. Por tudo isto, e também porque formalmente estão bem elaborados, o grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e dezassete.” -----

--- No **ponto quatro** não houve intervenções. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto cinco**. -----

--- Usou da palavra o Vice-Presidente do Município, referindo que esta revisão tinha um valor de um milhão, quinhentos e setenta mil, três euros e vinte e oito cêntimos. A mesma devia-se ao facto da necessidade de inclusão do montante relativo ao saldo da gerência anterior, no valor total de novecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinco euros e setenta e oito cêntimos e, para além disso, a necessidade acrescida de incluir a receita acrescida de alguns dos projectos com participação no novo quadro comunitário de apoio, nomeadamente, projectos de eficiência energética no âmbito da requalificação das piscinas de Trancoso e Vila Franca das Naves e o protocolo celebrado com a agência portuguesa de ambiente numa delegação de competências que visa intervir nas linhas de água que foram afectadas pelos incêndios. -----

--- Não havendo intervenções e colocada à votação, a proposta foi aprovada com vinte e sete votos a favor e treze abstenções. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto seis** da ordem do dia. ----

--- No uso da palavra, o Vice-Presidente disse que esta proposta de atribuição de subsídios tinha em vista dar resposta a algumas das solicitações feitas por algumas juntas de freguesia. Informou que o apoio financeiro às juntas de Reboleiro, Moreira de Rei e Valdujo seria no valor de doze mil e quinhentos euros para cada e para a Associação Desenvolvimento das Freguesias da Zona Centro do Concelho de Trancoso seria de dois mil e quinhentos. -----

--- Inteveio o membro da assembleia José Nascimento, congratulando o facto da atribuição destes apoios às freguesias. Disse que a freguesia do Reboleiro para estar mais ou menos em condições, esta recorria aos desempregados e possuía, em permanência, um CEI+, em que suporta os custos, e um funcionário do Município duas semanas de trinta em trinta dias. Disse que, por vezes, há pequenas reparações que são feitas mas que são necessárias, reconhecendo o entendimento do Executivo em compensar as freguesias -

--- Inteveio o Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei agradecendo em nome de todos os habitantes o apoio financeiro concedido. Disse que a sua freguesia também já se tinha candidatado a um CEI+ e continuava à espera, apesar de ter duas candidaturas aprovadas. Solicitou que caso fosse possível aquela freguesia ter um funcionário do Município, nem que fosse dois dias por semana, iria colmatar algum dos problemas. -----

--- O membro da assembleia Joaquim Cavaca disse concordar com os apoios financeiros concedidos mas, face à reorganização geográfica das freguesias, não entende porque existe e qual a finalidade da Associação Desenvolvimento das Freguesias da Zona Centro do Concelho de Trancoso. -----

--- O Presidente da Mesa retorquiu referindo que essa questão deveria ser direccionada à própria associação,

mas que essa associação permitia às freguesias envolvidas fazer obras em conjunto e pedirem subsídios em conjunto. -----

--- O Vice-Presidente disse que antes de ser criada esta associação, era uma figura que já existia em outros Município. Na altura convidaram todas as juntas do concelho com o objectivo de criar essa associação que visava criar sinergias em conjunto de modo a que pudesse concorrer a alguns subsídios, adquirir em conjunto alguns equipamentos e concorrer a CEI's, tendo mesmo sido feito um contrato de trabalho para assegurar os serviços administrativos. -----

--- O Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Deu cinco minutos de intervalo para os grupos municipais apresentarem propostas para os três pontos seguintes da ordem do dia. -----

--- Findo esse prazo, interveio o membro da assembleia João Paulo Matias referindo que nas reuniões preparatórias do PS tinha sido sugerido, para representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal da Educação, o Presidente Junta de freguesia de Palhais, Prof. João Santos. No respeitante à eleição do representante das Freguesias no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, deixaram isso à escolha do grupo municipal do PSD e para eleição de um representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva da Revisão do P.D.M., ele próprio. Sugeriu que a Mesa fizesse uma única votação caso houvesse apenas um candidato para cada eleição. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael, agradecendo a democracia que foi negociada com o PS e pensa não haver objecção que se fizesse uma única votação, caso a Mesa assim o pretendesse. Para eleição do representante das Freguesias no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal sugeriram o Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Mel, Hugo Neves. -----

--- Após votação, por escrutínio secreto, foi eleito no **ponto sete**, João Santos com quarenta votos e um branco, no **ponto oito** foi eleito com quarenta e um votos, Hugo Neves e, no **ponto nove**, com trinta e seis votos e cinco brancos, foi eleito João Paulo Matias. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **Período de intervenção do publico**. -----

--- Usou da palavra o munícipe Hugo Andrade, de Trancoso, referindo a necessidade da reactivação do Conselho Municipal da Juventude. -----

--- Em resposta, o vice-presidente disse ser um dos propósitos do executivo neste mandato. -----

--- No uso da palavra o munícipe João Baptista, residente em Trancoso, lembrou que tinha sido publicado em Dezembro o regime de atribuição de tarifa social prestação de serviço de água para situações de pessoas carenciadas. Regime que teve efeito a partir de seis de Março de dois mil e dezoito. Questionou se a Câmara aderiu a esta tarifa e se foi o caso, diz o mesmo diploma que teria de ser objecto de uma deliberação da Assembleia Municipal. Agradeceu à Câmara Municipal, pelo esforço, e à ANPC em privilegiar o corpo de bombeiros de Trancoso com uma equipa composta por cinco elementos em permanência. Pensa que Vila Franca das Naves, logo que seja oportuno, também merecia ter uma equipa. Relativamente à requalificação da EN226 referiu que só há rede de águas pluviais até à rotunda da entrada da zona industrial, e parece-lhe que com a inclinação de dois a três por cento da estrada e com o lancil agora colocado, a água poderá trazer

prejuízos. Quanto ao perímetro de São Marcos disse que seria bom fazer-se qualquer coisa estando próxima as comemorações da Batalha de São Marcos no dia vinte e nove de Maio. Relativamente à feira de São Bartolomeu disse que seria bom lançar-se um concurso de ideias, ou algo do género, de forma a criar-se um novo formato para essa feira. Apelou para a recolocação de boias laranjas, na barragem da Teja, de forma a criar-se um trilho para que as aeronaves, em situação de incêndio, pudessem abastecer. Quanto ao cemitério sugeriu que a sua ampliação avançasse no sentido do portão, no terreno do lado esquerdo de quem desce a rampa, podendo fazer aí entrada e poderiam construir um estacionamento no terreno do lado oposto, conjugado com a casa paroquial. Questionou se a comissão fabriqueira já se tinha pronunciado. Questionou, também, se a Junta de Freguesia tinha emitido a sua opinião sobre o assunto. Perguntou que tipo de animação haveria no projecto “animação em rede”, que se iria realizar em Trancoso de cinco a sete de Outubro, e se o valor de sete mil, novecentos e oitenta e nove euros, atribuídos pela Câmara à Associação das Aldeias Históricas, em Abril, teria sido para esse fim. Relativamente à Vila Cruz disse que o Município poderia ter repensado a sua aquisição por quinhentos e quarenta e cinco mil euros para alocar naquele espaço um museu. Sugeriu que para no futuro o boletim municipal ser impresso num papel com uma gramagem inferior de forma haver alguma economia. -----

--- Em resposta, o Vice-Presidente, relativamente ao assunto da tarifa social da água, disse que a Câmara estava vinculada a um contrato de concessão e, portanto, por si só, não poderia introduzir as operações que entende. Disse que o assunto seria enquadrado no âmbito da renegociação do contrato com a empresa. Quando às EIP's, disse que também estava confirmada a constituição de uma equipa no corpo de bombeiros de Vila Franca das Naves. Quanto às águas pluviais, no âmbito da empreitada da EN226, disse que o assunto estava a ser analisado pelos técnicos. Relativamente ao perímetro de São Marcos referiu que, neste momento, estava em consulta pública a definição de um plano de pormenor, estando o processo a decorrer dentro dos tramites legais. Relativamente à Feira de São Bartolomeu referiu que é sempre possível melhorar, tendo sido um dos objectivos do Município nos últimos anos, mas é uma sugestão que fica no ar e que poderia vir a ser analisada. Relativamente à recolocação de boias na barragem da Teja disse que a Câmara estaria disponível para o fazer. Quanto às actividades no âmbito das aldeias históricas disse que ainda estão a ser preparadas pelo que ainda não poderá informá-lo quais seriam. Relativamente à Vila Cruz disse ter sido uma opção do Município, por questões financeiras nesta fase, não exercer o direito de preferência. Disse que a solução para o cemitério de Trancoso estava em aberto mas, todavia, parte da solução sugerida era uma das possibilidades, tendo sido feito o levantamento da área do terreno, de quem desce, à direita, estando na fase de decisão da eventual ampliação nessa área. -----

--- O Presidente da Mesa informou, relativamente à Vila Cruz, que o propósito de quem a adquiriu é o de criar uma fundação virada para as artes e cultura, nomeadamente, criar um espaço de jardim, manter a história da casa de família dos Aleus Saldanhas, preservando o seu espólio, que a mesma ofereceu ao adquirente, e no outro espaço pretende criar-se um museu de escultura contemporânea de referência nacional. Na vertente sul seria criado um espaço de restauração e alojamento. -----

--- Interveio o munícipe Marco Santos, residente em Trancoso, referindo que houve um orçamento participativo na junta de freguesia e pelo que teve conhecimento, não houve qualquer proposta. Questionou a Assembleia e a autarquia no sentido se estaria a equacionar, ou não, voltar a ter um orçamento participativo no concelho. Quanto a transportes disse que o serviço prestado pelo projecto Trancoso Sim chega a todo o concelho, mas existem falta de ligações, nomeadamente, à Guarda. Mencionou que todos os indivíduos têm direito a uma habitação e emprego, direitos consagrados na constituição portuguesa, pelo que seria fundamental as pessoas puderem aceder a estes dois aspectos. Referiu que uma Câmara ter contas transparentes é um bom princípio apelando para que o sítio da autarquia fosse mais transparente, fornecendo mais informação. -----

--- Em resposta, o Vice-Presidente referiu que o orçamento participativo não tinha sido uma prioridade no outro mandato, nem o seria neste, mas não queria dizer que não fosse implementada essa possibilidade. Relativamente aos transportes, disse que o projecto Trancoso Sim iria continuar e o alargamento da sua existência, ou algo parecido, para a sede de distrito, o Município diligenciou junto do Município da Mêda a possibilidade de se criar algo que permitisse, também, transporte de carácter social, mas ainda não houve evolução. Disse que os apoios ao emprego e à habitação estavam regulamentados e o Município tinha vindo a conceder apoios nessa área. Relativamente a haver mais informação no sítio da Câmara disse ter sido propósito do Município, nos últimos anos, de disponibilizar e facilitar o acesso ao maior número de informação e esse trabalho iria continuar. -----

--- Não havendo mais intervenções, lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros da assembleia presentes, e assinada pela respetiva Mesa para produzir efeitos imediatos. -----

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia

--- O Primeiro Secretário

--- O Segundo Secretário

